

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

TAMIRES DOS SANTOS LEMOS

“SOU NEGRO, MAS SOU HONESTO”.

**Contribuições para uma Educação Antirracista na Educação de Jovens e
Adultos**

Porto Alegre
2. Semestre
2018

Tamires dos Santos Lemos

“SOU NEGRO, MAS SOU HONESTO”

**Contribuições para uma Educação Antirracista na Educação de Jovens e
Adultos**

Trabalho de Conclusão apresentado à comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

*Orientadora: Profa. Dra. Aline
Lemos Cunha Della Libera*

Porto Alegre
2. Semestre
2018

Dedicatória

Agradeço a minha ancestralidade que acompanha o meu caminhar. As todas as mulheres que me fortalecem, principalmente, a Dolores dos Santos Lemos minha mãe e Maria da Conceição (in memoriam), por nunca desacreditar do que sou capaz. Aquelas e aqueles que me deram o sustento, o colo, o ombro e seu amor. A todas mulheres negras, pelas trocas de saberes e aprendizados, principalmente a Carine Lemos, Patrícia (Suri) e minha orientadora Aline Cunha, por acreditar, dividir e somar na minha trajetória. A todos que estenderam as mãos, quando eu mais precisei, com orações, palavras e solidariedade. A meu pai Claudio Lemos e meus irmãos, Mauricio Lemos e Jardel Lemos, por zelarem e me fortalecerem ao longo desses anos.

Dentre todas, especialmente a minha amada filha Sofia Lemos, que me acolhe, divide seu sorriso, suas demandas e seu amor. Muito muito obrigada, por me encorajar a viver.

Amo vocês, grata.

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.*

O ontem – o hoje – o agora.

*Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.*

Vozes-mulheres - Conceição Evaristo

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso trata de uma pesquisa sobre práticas realizadas ao longo do Estágio Curricular Obrigatório do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolvidas em uma turma da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, em uma instituição pública federal de Porto Alegre/RS. Práticas pedagógicas alicerçadas em uma Educação Antirracista, contribuindo na reflexão sobre a necessidade de um trabalho que contemple as questões raciais. A questão central do estudo foi definida como: “Considerando os ocultamentos que as questões raciais podem assumir nas instituições de ensino, como é possível promover práticas pedagógicas, em sala de aula, que contribuem para uma educação antirracista?” A Lei nº 10.639/2003 torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, entretanto ainda é um desafio para as escolas a efetivação da mesma, acabando por invisibilizar e/ou negar esses conhecimentos. A partir disso, analiso quatro atividades que tratam da negritude, representatividade, lugar de fala, mulher negra, personalidade e memória, assuntos que colocam a população negra como protagonista da história. Este estudo possibilitou compreender os efeitos de um trabalho que valoriza a cultura da população negra, avançando para um combate ao racismo e desmitificando o mito da democracia racial.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Educação Antirracista, Racismo

Lista de Figuras

Figura 1 - Gravação do vídeo com placas (ACERVO PESSOAL).....	29
Figura 2 - Gravação do vídeo com fala e cartaz (ACERVO PESSOAL)	29
Figura 3 - Texto coletivo (ACERVO PESSOAL)	32
Figura 4 - Texto coletivo (ACERVO PESSOAL)	32
Figura 5 - Bonecas Abayomi (ACERVO PESSOAL).....	33

Sumário

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Educandos jovens e adultos: sujeitos de aprendizagens.....	11
2.2 Educação Antirracista – Necessário e Urgente	15
3 METODOLOGIA.....	19
4 ANÁLISE DE DADOS.....	24
4.1 As visitas e os diálogos.....	24
4.2 Vídeo – A Solidão da Mulher Negra	27
4.3 Conhecendo o Príncipe Custódio	30
4.4 Bonecas Abayomis – Memórias	33
5. CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Somos negros: mais da metade da população brasileira. Traduzimos uma grande mistura de nações africanas. Somos aqueles que construíram este país, que povoaram as cidades, que aconselharam os poderosos. Somos aquelas e aqueles que têm antepassados que eram reis, rainhas, princesas e príncipes. Lideramos guerras e fomos resistentes. Até hoje, é possível ver a nossa resistência cotidiana.

A reprodução da desvalorização da nossa história, o esquecimento do que produzimos reflete, ainda hoje, nos índices de subemprego, no empobrecimento e na marginalização. Nossa ancestralidade é desconstruída, o que desvaloriza nossa origem, nossa força de trabalho e nosso conhecimento.

Esta temática emergente sempre esteve presente na minha trajetória. Passei, boa parte da minha infância, sem compreender os motivos dos olhares negativos ao meu cabelo, à cor da minha pele e àquilo que eu acreditava: a minha religião. Aos poucos, minha família fazia um exercício de embranquecimento: em alisar o meu cabelo e assumir outras posturas, para serem aceitos pela sociedade. A escola, por muitos motivos, mas principalmente pela questão racial, não me motivava a estar lá. Tenho lembranças de dizer que não nasci para estar naquele espaço, porém não tinha o entendimento do motivo. Lembro, também, de dizer, em vários momentos, que meu pai era branco e que meu irmão era branco, para que as outras meninas brincassem comigo.

Quando já era adolescente, retomei o uso de um cabelo mais solto, com os cachos, contrariando uma ordem imposta pela minha família, que assumia outras posturas como ferramenta de proteção. O meu círculo de amizades que, em sua grande maioria começava a ser negro, contribuía nesse processo de aceitação. Nos reuníamos para realizar tranças e penteados, mostrando para os não-negros que nossa estética também deveria ser aceita, mesmo que o seu padrão fosse considerado “o bonito”, sendo mais procurado e atrativo.

Gomes (2003) reflete sobre estas questões, que surgem quando se trata da identidade negra.

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico-racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico-racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. (Gomes, 2003, p. 171)

Retomo, neste momento, a frase destacada no título deste trabalho de conclusão: “Sou negro, mas sou honesto”. Ela demonstra, em síntese, uma reprodução negativa das representações da negritude que são aprendidas em diversos espaços sociais. Esta fala, que foi realizada por um dos educandos da EJA, algumas vezes ao longo de um semestre letivo, pode ter diversos significados. Entretanto deixa, de maneira explícita, lugares designados à população negra. Reprodução que mostra uma tentativa de amenizar o fato de ser negro. A escola é um espaço que também reflete e, muitas vezes mantém esta exclusão, quando ignora e silencia estas questões.

No meu caso, estava convencida de que não chegaria à Universidade. Trabalharia em uma fábrica e lá seria feliz. Meus irmãos já estavam assumindo estes espaços, então, eu faria o mesmo. Entretanto, foi neste momento de dúvidas e incertezas, que ingressou um professor negro na escola em que estudei, o qual fomentava minhas utopias de mudar aquilo que não aceitava. Passei a ser líder da turma, “uma espécie de monitora”. Os meus colegas começaram a me olhar de outra maneira. O sonho de ser professora nascia.

Logo que consegui entrar na Universidade, percebi que não seria fácil estar neste espaço branco e elitizado. Então, comecei a me aproximar e participar do movimento estudantil, partidário e do movimento negro, a fim de buscar respostas para algumas questões sobre a raça, a discriminação e o mito da democracia racial. Perguntas que o curso de Pedagogia não conseguia me responder em seu currículo. Entendi que precisaria reunir todos estes saberes para uma prática pedagógica pautada por ações transformadoras, que pudesse contribuir na vida de outras pessoas e para que pudessem sair desse lugar que é criado e recriado (subalterno), podendo assumir o protagonismo de sua história.

Distanciei-me da militância e da universidade, durante um tempo, por motivos de saúde. Quando retornei, tive o prazer de fazer parte do PIBID Pedagogia (Modalidade EJA), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuando em escolas públicas de Porto Alegre/RS que ofertam EJA, em docência compartilhada. Retomei os estudos e práticas por meio dos princípios da educação popular, de uma pedagogia crítica, com discussões relacionadas à política, aos direitos e à diversidade.

Deparei-me com um espaço de sala de aula em que circulavam discursos racistas, machistas e preconceituosos. Uma reprodução do que os educandos assistiam e ouviam, baseados em opiniões de senso comum. Senti a necessidade de um trabalho mais profundo sobre a temática racial, com vistas à retomada de uma identidade negra. Todos os educandos, de uma das turmas que tive contato como pibidiana, eram negros, porém, apenas um se afirmava como tal. Precisávamos de um debate mais profundo, sobre identidade, cultura africana e racismo, em minha opinião.

Aproximava-se o meu estágio curricular obrigatório. Foi então que fui convidada pela Professora titular da turma, para realização desta etapa do curso de Pedagogia naquela escola. A educadora me presenteou e me desafiou com a temática: diversidade. Uma das questões iniciais surgidas foram: Quais seriam as estratégias pedagógicas que utilizaria para um trabalho potente com a temática das questões raciais? Quais discussões seriam mais necessárias para iniciarmos as reflexões na turma da EJA? Quais seriam meus princípios orientadores para condução deste trabalho?

Precisei me apropriar da Lei nº 10.639/2003 para dar os primeiros passos na construção do planejamento, que levasse em consideração as demandas que a temática suscita, respeitando a visão de mundo que cada educando carrega em si, os seus tempos e necessidades, porém problematizando estas visões para a construção de novos significados, avançando no discurso contra o preconceito e a discriminação.

Como referências, neste trabalho de conclusão, recorro ao pensamento de Nilma Lino Gomes, autora que defende uma educação antirracista, uma pedagogia das ausências e das emergências, repensando a escola e o

currículo. Para compreender quem são estes sujeitos Jovens e Adultos e sua formação escolar e humana, apoio-me nas ideias de Miguel Arroyo. Para um diálogo sobre a modalidade EJA e seu papel educacional e social, abordo as ideias de Rosane de Almeida Pires.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Torna-se desafiadora uma proposta de educação antirracista em uma sociedade excludente e discriminadora, que posiciona as pessoas em espaços de precariedade, lugares que têm cor, classe e restritas oportunidades. É de responsabilidade do Estado, a oferta de educação, em um trabalho que contemple a demanda do combate ao racismo, que promova debates e reflexões a respeito da história da população negra, oportunizando uma construção de identidades, através da valorização da história e cultura africana e afro-brasileira. As turmas de educação de jovens e adultos também fazem parte deste compromisso e do direito a uma formação de qualidade, que aborde temas que envolvam suas próprias trajetórias de vida. Isto pode ocorrer através de aulas desenvolvidas para a EJA, com o compromisso de efetivar a Lei nº 10.639/2003, o ensino da história africana e afro-brasileira, respeitando o direito a permanência e aprendizagem dos educandos.

Neste trabalho, busco uma escrita que conceitue a modalidade EJA, abordando quem são os sujeitos que participam destas turmas. Defendo uma educação antirracista, dialogando com a Lei, a história de conquista da mesma e a luta para a educação das pessoas negras ao longo destes anos no Brasil.

2.1 Educandos jovens e adultos: sujeitos de aprendizagens

Primeiramente, gostaria de retomar a importância, no que diz respeito à formação humana e política, que a modalidade EJA representa, pois se compromete com uma educação para as minorias e busca promover ações transformadoras que superem as diferentes formas de exclusão e discriminação, que estão enraizadas em sociedade capitalista e racista. Entender a EJA, é entender as classes populares e suas trajetórias de vida, compreendendo suas experiências e saberes. A Educação de Jovens e Adultos, é mais que uma modalidade de educação básica, ela envolve um

determinado grupo social, racial e cultural. Mas quem são estes sujeitos? Que aprendizagens estes sujeitos já trazem consigo? Há garantia de que estes conhecimentos estejam presentes no cotidiano da escola, como parte do currículo?

Estes sujeitos vivenciam a juventude e a vida adulta, tempos estes que têm suas especificidades, que devem ser contempladas, garantindo o direito à educação, ao conhecimento, à cultura, ao respeito às suas identidades e leitura de mundo. Ainda hoje precisamos construir um novo olhar para a modalidade. É presente, nas escolas públicas, o entendimento de que estes alunos são unicamente os problemas, os ausentes, os que reprovavam por questões de aprendizagens, os não concluintes. Por esta razão é preciso avançar para um olhar mais humano e sensível a esses estudantes da EJA.

A EJA somente será reconfigurada se esse olhar for revisto. Se o direito à educação ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização ou na medida em que esses milhões de jovens-adultos forem vistos para além dessas carências. Um novo olhar deverá ser construído, que os reconheça como jovens e adultos em tempos e percursos de jovens e adultos. Percursos sociais onde se revelam os limites e possibilidades de serem reconhecidos como sujeitos dos direitos humanos. (ARROYO, 2011, p. 23)

Neste olhar encontra-se o reconhecimento da necessidade de práticas que sejam críticas e reflexivas, para uma consciência mais ampla sobre seus direitos que são negados, sendo a educação uma oportunidade de conquistá-los, superando a ideia de uma segunda chance de estar no convívio escolar, como uma carência. Entretanto, para uma pluralidade de direitos, que muitas vezes são desconhecidos pelos alunos, não se reconhecendo pertencente de espaços e lugares, a escola assume um lugar primordial. O acesso à escola, com este viés, amplia as visões sobre si mesmo, reconhecendo que todos somos cidadãos de direitos. Urge ver mais do que alunos ou ex-alunos em trajetórias escolares. Vê-los jovens-adultos em suas trajetórias humanas (ARROYO, 2011).

Esses direitos que lhes são negados: de alimentação, de moradia, de saneamento básico, de saúde, de trabalho e de afeto, provoca que sejam excluídos não somente das instituições de ensino, pois passam igualmente pela exclusão social. Segundo Arroyo,

Diante da vulnerabilidade de suas vidas, o direito à educação foi e continuará sendo vulnerável. Conseqüentemente, não se trata de secundarizar a universalização do direito ao ensino fundamental para esses jovens-adultos. Trata-se de não separar esse direito das formas concretas em que ele é negado e limitado no conjunto da negação dos seus direitos e na vulnerabilidade e precariedade de suas trajetórias humanas. (2011, p. 24)

Neste sentido, será determinante para nossa atuação como educadores, assumir uma postura de formação humana, com uma didática diferenciada. É fundamental adotar como temas de sala de aula, as vivências e as trajetórias dos educandos, respeitando e reconhecendo seus espaços de pertencimento. As experiências que estes sujeitos carregam em si, do mundo do trabalho, dos espaços que frequentam, das cidades, de renda, também devem ser parte dos currículos escolares. Esta postura corroborará a crença de que estes sujeitos jovens-adultos são produtores de conhecimento. Assumindo uma prática pedagógica e nas políticas educacionais que lutem a favor de uma sociedade democrática, que garanta também o direito à cidadania.

Estes sujeitos de histórias, culturas, conhecimentos, valores, experiências, que são trabalhadores, mulheres, homens, negros, brancos, indígenas, jovens, idosos e de classe popular em sua maioria, já passaram algumas vezes pela escola, outros nunca estiveram lá. A Lei nº 9.394/96 estabelece, no art. 4, inciso VII, “oferta de educação escolar para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”. Em síntese, Pires salienta que

A educação de Jovens e Adultos é aqui reconhecida conforme expresso na Declaração de Hamburgo (1997) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais desta modalidade, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº. 1/2000, como direito de todos os cidadãos que não iniciaram ou não completaram sua escolaridade básica por diferentes motivos. (PIRES, 2010, p. 101)

A modalidade EJA abarca diversos desafios. Entretanto, ainda se afirma como um espaço político-pedagógico de formação que resguarda a importância das trocas de saberes. Seus objetivos incluem a promoção destes educandos, na possibilidade de aquisição de novos saberes, no estímulo à criticidade, ao

reconhecimento dos seus direitos, a explorar espaços, a se reconhecerem pertencentes a novos espaços e ambientes. Os direitos à educação de qualidade, à cidadania e à cultura, perpassam um trabalho intercultural e o respeito à diversidade na escola.

Na modalidade EJA, os educandos circulam em diversos ambientes, que fazem parte da cultura popular. Cultura esta que é marginalizada, apartada das áreas de conhecimento, não sendo reconhecida, em seu conteúdo, nas instituições de educação formal. Arroyo (2017) retoma a importância de não silenciar as vozes destas culturas, enfatizando questões históricas sobre diversos povos, provocando reflexões a respeito do extermínio de grupos indígenas, do genocídio da população negra e do esquecimento da comunidade cigana, no que se refere aos seus costumes, línguas, artes e crenças. As salas de aula das turmas de EJA devem ser espaços de discussão, onde as lutas destas comunidades, ao longo da história, sejam abordadas. Entretanto, não apenas pelo viés das derrotas, mas das resistências que ocorreram, propondo uma crítica sobre os “heróis” reconhecidos nos livros didáticos oficiais. Nesta mudança de atitude, a proposta é exaltar as memórias, as conquistas, as diferentes formas de se viver, retomando as riquezas culturais destes povos, fazendo um exercício de transformação deste imaginário que contribuiu para sua exclusão.

Estar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos é estar inserido em um espaço com diversos desafios, para educandos e educadores. Desafios estes da alfabetização, do letramento, da construção política, da inclusão social e intercultural. Seremos desafiados pelos conflitos diversos que ocorrem nas salas de aulas: as ausências, disputas, os tempos de aprendizagem, e a inclusão. Todas estas adversidades, presentes no contexto escolar, precisam ser mais que desafiados no cotidiano: tornam-se combustível para a luta por uma sociedade mais justa, digna e que garanta a todos as mesmas oportunidades.

2.2 Educação Antirracista – Necessário e Urgente

Entender quem são estes sujeitos, educandos da EJA em sua grande maioria negros e negras, é parte fundamental para uma prática pedagógica que valorize, respeite e garanta o direito à educação e cidadania, sendo elas as pessoas que são excluídas pela nossa sociedade. Hoje, estudos afirmam que as trajetórias dos estudantes negros são diferentes dos não-negros e isso revela o quanto as instituições de ensino ocultam. Assim, reafirmam o racismo em sua estrutura, reforçando que o insucesso destes alunos são reflexos do não-esforço que os mesmos tiveram ao longo das suas trajetórias escolares. Contudo, estas situações são fruto, muitas vezes, do lugar secundário que a escolarização ocupa, pois, a prioridade é o trabalho e a renda. Suas idas e vindas nas salas da educação de jovens e adultos, também reafirmam esta lógica.

Por vezes, os educadores/as demonstram um desinteresse em articular as questões raciais no currículo escolar, ignorando a presença popular, negra e trabalhadora. Articulando o tema diversidade em um caráter muito amplo, não contemplam a demanda, que precisa ser atendida nas salas de aula, relacionada à negritude. Por vezes, também há um desinteresse por parte do poder público em promover aos educadores incentivos a acesso aos materiais, estratégias pedagógicas, literatura e formação nas escolas e fora delas. Movimentos estes que apenas reforçam a posição que a população negra deve ocupar na sociedade, inferiorizando estes cidadãos, intelectualmente, na corporeidade e no seu tornar-se negro.

Nilma Gomes (2001, p. 89) afirma,

[...] afirmo que ser negro, no Brasil, possui uma complexidade maior e não se restringe a um dado biológico. É uma postura política. É declarar explicitamente o vínculo com uma cultura ancestral, com a origem africana recriada e ressignificada em nosso país. [...]

A discussão sobre a identidade é parte fundamental no trabalho com estes jovens e adultos, é preciso fazer com que se reflita sobre o ser negro. Na posição política e ideológica que é oriunda de se afirmar enquanto homens e mulheres negras. Fortalecendo estas pessoas negras e não-negras para uma

luta contra este sistema de opressões e no combate ao racismo, teremos possibilidades de reverter este cenário. Trabalhar com as questões raciais relaciona-se à possibilidade de libertação sobre as condições que são impostas diariamente sobre as populações negras. Na perspectiva de empoderamento enquanto negras e negros, sobre os corpos e traços negros, o poder da fala e do protagonismo é forma de resistir. É papel da escola, também, garantir que todos os alunos, reflitam sobre as suas práticas, exercitando uma tomada de consciência sobre racismo, além de todas as formas de opressão. Esse direito não é apenas para a população negra é dever dos não-negros também ter suas diferenças respeitadas e contempladas.

Desenvolver um trabalho antirracista com a modalidade EJA, acarreta não apenas em inserir histórias de lutas, a valorização da identidade negra, mas, para causar reflexões e questionamentos a respeito de como essas diferenças foram se desenvolvendo e sendo enraizadas ao longo da história. Proporcionando mais perguntas do que respostas, para que os educandos possam usar a criticidade e também colocar em dúvida as concepções que eles afirmavam serem legítimas sobre ser negra e negro na nossa sociedade. Essa condição nos coloca em um campo político, enquanto educadores: em assumir uma posição pelo combate ao racismo, desmitificando o mito da democracia racial.

A luta pela educação da população negra, é realizada há alguns anos. Historicamente, o Movimento Negro, reivindica o direito à educação. Direito esse que tem como objetivo a liberdade, a descobrir sobre si e sobre os não-brancos, em prol de melhores condições de vida e da intelectualidade. Contribuindo também para a inserção da temática étnico-racial nas Universidades, traçando lutas com outros movimentos sociais. O movimento negro, tenciona as práticas sociais, insere a cultura e a história do povo negro como conteúdo legítimo, contribuindo para o combate ao racismo e a discriminação. O movimento negro é educador, pois faz questionamentos, pressionando o Estado a dar respostas e encaminhamentos para uma nova postura (GOMES, 2011).

O movimento negro, por muitos anos, se organizou para alfabetizar a população negra, antes mesmo da abolição da escravatura, no Brasil, em

1888. Nesta época, a burguesia branca criou turnos noturnos para alfabetizar, porém, não conseguiu atingir as camadas populares e negras. Com o entendimento da importância da educação como uma ferramenta de ascensão social, o movimento negro organizou-se para garantir o direito a educação para seu povo. Segundo Pires (2006), o Decreto 7031 de 6 de setembro de 1878, conhecido como Decreto de Leôncio de Carvalho, criou escolas noturnas para livres e libertos. Entretanto o trabalho, esse que era braçal e doméstico, não permitia que muitas pessoas negras chegassem nas instituições e, portanto, o decreto não foi suficiente. A luta pela educação passou a ser uma das principais reivindicações do movimento negro que, sem políticas públicas para a população negra, buscou meios de inserir estas pessoas em instituições de ensino. No ano de 1931 a Frente Negra Brasileira (FNB) que mais tarde tornou-se um partido político, criou uma escola e cursos noturnos para a alfabetização de Jovens e Adultos negros. (PINTO, p. 2015, 12)

O Teatro Experimental do Negro (TEM) foi um dos grandes meios de luta e reivindicação da população negra no Brasil, que divulgava e denunciava o racismo, por meio do jornal *Quilombo*, exigindo igualdade e a democracia racial no século XX. Dirigido por Abdias Nascimento, difundia que, por meio da cultura e da escolarização, o povo negro poderia traçar um caminho de ascensão. Como mostra na Edição *fac-similar* do jornal, “[...] a luta de QUILOMBO não é especificamente contra os que negam os nossos direitos, são em especial para fazer lembrar ou conhecer ao próprio negro os seus direitos à vida e à cultura [...]” (Quilombo, 2003, p. 01).

Enquanto, o estado não garantia a educação para a população negra, o Teatro Experimental do Negro (TEN), organizava salas de aulas fornecidas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), para alfabetizar estas pessoas - cerca de seiscentos alunos - com curso de iniciação cultural (QUILOMBO, 2003).

Por muitos anos o estado não garantiu para o povo negro o acesso e a permanência nas instituições de ensino, foi a partir de organizações negras que muitos negros se alfabetizaram e alguns conseguiram o acesso ao ensino superior, mesmo com a dificuldade do racismo institucional e estrutural.

Entretanto o desejo de estudar destas populações sempre foi maior que as dificuldades expostas pela burguesia não-negra.

Após muitos anos de luta pelo direito à educação das organizações políticas e da população negra, houve uma reivindicação para que as demandas da temática racial e do ensino da História da África, fossem desenvolvidas nas escolas. Após muitas lutas para que fosse revista e alterada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), houve a inserção dos Artigos 26 A e 79 B, por meio da promulgação da Lei nº 10.639/2003, que determina a “obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas públicas e particulares dos ensinos fundamental e médio”. Esta mudança representou um marco e conquista para o movimento negro, sendo adotada como medida para a superação do racismo institucional e estrutural.

No caso da diversidade étnico-racial, é importante entender que os avanços que essa tem vivenciado no campo da política educacional e na construção da igualdade e da equidade mantêm relação direta com as lutas políticas da população negra em prol da educação ao longo dos séculos. (GOMES, 2011, p. 120)

Esta luta ainda é permanente, para que haja a efetivação do cumprimento da lei. Reafirmamos que desenvolver a educação das relações étnico-raciais é primordial e está diretamente ligado a todos os conteúdos previstos no currículo escolar. Com o entendimento da riqueza cultural do continente africano, todos os saberes negros que foram usados em benefício dos senhores brancos como ciências, matemática, arquitetura, construções e povoamento de cidades, serão retomados e apropriados pela população negra. Isto promoverá uma valorização da identidade negra, inserindo uma história que, muitas vezes, houve a tentativa do esquecimento e do apagamento.

3 METODOLOGIA

A pesquisa que originou este trabalho de conclusão de curso foi desenvolvida a partir da prática realizada no período de estágio curricular obrigatório do Curso de Pedagogia, em uma turma da EJA, em uma instituição pública federal. Seu propósito é contribuir na reflexão sobre a necessidade de se desenvolver um trabalho pedagógico voltado à educação antirracista na modalidade EJA e para a efetividade da Lei nº 10.639/2003. O combate ao racismo é primordial para a formação humana, cidadã e crítica, destes sujeitos que ocupam as salas de aula na modalidade citada. A educação antirracista já fazia parte da minha trajetória acadêmica, na procura de estudos para o encontro de respostas sobre a minha própria negritude e sobre o entendimento da dinâmica social como um todo, focada nas suas formas de opressão, classificação e exclusão.

A temática que foi trabalhada ao longo do estágio de docência, teve início por uma demanda que a turma apresentava sobre questões relativas à negritude, às diferenças e à identidade, questões urgentes e necessárias. O projeto começou a ser desenvolvido pela Professora titular da turma, no início do semestre. Neste projeto, foi abordada a África sob um ponto de vista “positivo”, pois os alunos tinham uma percepção contrária a isso. A proposta de sala de aula, que deu sequência a este trabalho realizado pela titular, teve como objetivo ampliar as discussões sobre o continente africano e incluir temáticas que envolvessem a identidade racial. Buscamos visibilizar o histórico da população negra brasileira no que se refere às lutas por direitos e a conquista de lugares sociais diversos, estabelecendo uma relação de fortalecimento com estes estudantes que em sua totalidade eram negros, a fim de que assumissem este espaço político, da negritude, na sociedade em que vivemos. Segundo Leila Dupret (2011, p. 95),

A lei nº 10.639/2003 instituiu o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, propiciando assim, a todos os brasileiros, o direito ao conhecimento de um grande capítulo de nossa história

esquecido por historiadores e poder público durante quase dois séculos de Brasil independente.

Defendo nesta pesquisa, o direito ao ensino da temática racial, destacando a modalidade de jovens e adultos. Defendo uma formação humanizadora, que contemple toda a diversidade que se estabelece nas salas de aula, proporcionando reflexões sobre as leituras de mundo, relacionando com suas histórias, culturas e saberes, direcionando o negro como protagonista.

Partindo destas considerações, a pergunta central desta pesquisa é: **Considerando o ocultamento que as questões raciais podem assumir nas instituições de ensino, como é possível promover práticas pedagógicas, em sala de aula, que contribuem para uma educação antirracista?**

Os objetivos específicos são:

- Refletir sobre a educação antirracista, em uma turma da EJA, com vistas a fomentar práticas que contribuam para a formação humana e o exercício da cidadania de educandos e educadores.
- Analisar a prática pedagógica, baseada na perspectiva da educação antirracista na modalidade EJA realizada no estágio curricular obrigatório do curso de pedagogia.
- Contribuir para o debate sobre a promoção de uma educação antirracista nas turmas da EJA.

Realizei, portanto, uma pesquisa qualitativa e documental, partindo do meu Diário de Classe, produzido no período do estágio. A pesquisa envolveu uma análise crítica das práticas, dos resultados obtidos ao longo do projeto e das aulas.

Marli André afirma que a pesquisa,

Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa (que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os

componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas. (1995, p. 17)

Retomando as práticas, como já mencionado, analiso o Diário de Classe que contém: planejamento semestral e semanais, planos diários, relatos diários, reflexões semanais, as atividades desenvolvidas, fotos e um parecer descritivo de cada educando. Selecionei quatro atividades desenvolvidas, para a realização desta pesquisa, no entendimento da sua potencialidade para ambos os sujeitos (educandos e educadoras). Foi feita uma descrição dos objetivos de cada atividade, de como foram construídas, das intervenções no decorrer de sua realização, das reflexões e dos debates, além da apresentação dos novos saberes adquiridos.

A instituição na qual realizei o estágio obrigatório curricular do curso de Pedagogia, localiza-se nos limites dos municípios de Porto Alegre e Viamão e oferta turmas de Ensino Fundamental e Médio, incluindo a modalidade Educação de Jovens e Adultos. Ao seu redor, conta com comunidades de público popular. Observei que o colégio não realiza um diálogo mais próximo com as comunidades e isso se reflete no pequeno número de educandos matriculados nas turmas de EJA, totalidades iniciais. A escola também busca oferecer vagas nestas turmas para os servidores efetivos e funcionários terceirizados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em horário vespertino. A chamada de vagas, para o acesso ao colégio, ocorre via edital. Conta com uma infraestrutura grande e com bons recursos humanos e materiais.

A turma em que foi realizado o trabalho, contava com quatro educandos matriculados, número que produz algumas hipóteses. A baixa demanda atendida pela instituição, pode estar vinculada à forma como é divulgado o edital de vagas e as orientações para matrículas (online), pois os alunos não são alfabetizados e tem acesso muito restrito à informação via *internet*. A grande maioria, pelo menos na turma citada, não é ativa no meio digital. Outro fator a considerar é a não abertura de vagas, nos últimos semestres, para o atendimento deste público.

A faixa etária dos alunos variava entre 50 e 60 anos: três homens e uma mulher. Todos têm filhos e netos, trabalham ou já trabalharam na Universidade (como efetivos ou terceirizados). No início do semestre realizei uma pesquisa sócio antropológica com todos, onde perguntei a respeito da sua autodeclaração racial. Apenas um dos educandos se afirmou negro. A dificuldade de se verem como negros, ficava mais explícita nas falas onde, muitas das vezes, citavam os negros como inferiores e marginalizados. Cabe detalhar que, na instituição, o quadro de professores é, na totalidade branco. Por sua vez, os trabalhadores terceirizados, em sua grande maioria, são negros e pardos.

Na primeira atividade que desenvolvi com a turma, busquei um trabalho que pudesse gerar um debate e reflexões, a respeito da identidade negra. Propus que os alunos pensassem sobre o que significa “identidade”. A maioria das respostas foram sobre o documento de identidade e o registro de nascimento. Questionei-os sobre o que estava escrito na parte que mencionava a cor e, novamente, apenas um dos educandos falou que estava escrito “preto”. Os demais afirmaram que dizia “branco”. No mesmo dia, pedi que eles olhassem para o cartão de identificação da escola, o qual contém a foto atual dos mesmos. Antes de questionar a respeito de como eles se veem, coloquei no quadro as palavras: preto, pardo, branco, amarelo e indígena.

Perguntei em qual cor, cada um se identificava como pertencente. O aluno que sempre se afirmava como negro, se diz “preto”. A aluna, identifica-se como “parda”. Um dos alunos fala que ele é “mameluque”. Questionei o que isso significava e ele não soube me responder. Depois, ainda citou mais duas definições. Questionei novamente, porém ele também não sabia o que significava. Iniciei o debate sobre este espaço político de se afirmar negro, principalmente pela luta por direitos. Logo depois, notei que o aluno anterior, mencionou ser preto. Em outro momento, mais um dos alunos se autodeclarou negro, porém atrelado a um discurso de ser honesto e trabalhador.

Esta primeira aula, me redirecionou para alguns caminhos que me fizeram pensar e elaborar as próximas aulas. Deixa evidente que a educação antirracista, com um foco na identidade negra é necessária, para os educandos

da EJA. Dialogando com suas pertencas, negras e popular, podem se posicionar em um espaco positivo, historico e cultural.

4 ANALISE DE DADOS

Serão analisadas quatro atividades desenvolvidas com uma turma da modalidade de Jovens e Adultos, envolvendo temáticas que intencionaram promover a educação antirracista. Realizado no estágio curricular obrigatório do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, constam no diário de classe, que foi construído ao longo das práticas e serviu como avaliação para a etapa do curso.

Neste momento, também apresento referenciais teóricos, para refletir sobre os efeitos que estas atividades geraram para os sujeitos envolvidos e para mim. Busco contribuir para o campo da educação e da luta pela efetividade da Lei nº 10.639/2003. As atividades que inspiraram estas análises foram: visitas (K., ex-aluno intercambista africano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; V., pesquisadora sobre a temática de raça; Vídeo sobre a solidão da mulher negra de Ana Paula Xongani; A história do príncipe Custódio; e, para finalizar, uma oficina de Abayomis).

4.1 As visitas e os diálogos

A primeira atividade aqui analisada, visou promover um diálogo que ampliasse o olhar dos educandos para o projeto que estávamos desenvolvendo. Para tanto, propus que o diálogo ocorresse por meio da visita de duas pessoas que se dedicavam a estas temáticas. Elas ocorreram na mesma semana, em dias diferentes. Na primeira visita, houve o relato de K., Mestre na área de Economia, natural de Benim na África Ocidental, o qual reside na cidade de Porto Alegre/RS desde 2011. A segunda convidada foi V., pesquisadora sobre as produções do sujeito negro, brasileira, a qual também reside em Porto Alegre/RS.

O objetivo da aula com K. era a sua apresentação enquanto africano, promovendo um espaço para reflexões a respeito das experiências que o

mesmo vivenciou nos dois países (Benin e Brasil). Tratamos sobre a relação estabelecida com o preconceito racial e o sistema educacional. Na perspectiva de ampliar e valorizar a cultura africana e afro-brasileira.

Conforme o registro no Diário de Classe,

[...]K. nos fala sobre seu país Benim, sobre os colonizadores e as estruturas, relata sobre a educação, como funciona a escola pública e nos conta uma curiosidade, há uma prova para cada nível, anos iniciais, anos finais e ensino médio, parecido com o “Enem”, os alunos que passam nas provas passam a usar calças enquanto os outros somente podem usar bermudas. Isso dá um status de poder, as relações afetivas são em grande maioria construída através disso. As meninas se interessam por meninos que já usam as calças, os alunos adoram essa curiosidade e riem muito. K. comenta sobre essa visão de pobreza que a mídia nos passa em relação ao continente africano, nos fala o quanto isso é uma mentira, que sim existe pobreza, porém, são em pequenos povoados. (REFLEXÃO SEMANAL, n° 11, p.02)

Durante a roda de conversa com K., os educandos realizam conexões com os conteúdos que já havíamos estudado ao longo do semestre, valorizando o continente africano, suas potencialidades, riquezas e a diversidade que possui. Como já mencionei, esta construção foi realizada durante o semestre, pois os educandos tinham visões pejorativas sobre a África, talvez influenciados pelas informações adquiridas por meio das mídias e reproduzidas como senso comum.

A fala sobre o sistema educacional, relacionando-o com o do nosso país, chamou muito a atenção dos estudantes, que questionaram a respeito das provas e como as pessoas se relacionavam nas instituições. O envolvimento no debate, relacionando com o cotidiano brasileiro, aproximou ainda mais a cultura africana da nossa, construindo hipóteses e reafirmando uma cultura afro-brasileira. Momentos como estes, que articulam as realidades dos educandos com a temática desenvolvida, tornam os sujeitos parte integrante do projeto e contribuem para a circulação de novos saberes. Neste ponto, os educandos são protagonistas, dialogando com os diferentes e suas diferenças, podendo assumir uma nova postura política (PIRES, 2010).

Creio que foi muito significativa a visita de K. à turma, por tornar mais concreto os diversos saberes discutidos ao longo do projeto. As discussões, anteriormente feitas, tiveram mais sentido e reafirmaram que a África é um continente com diversas riquezas.

A convidada V. trouxe dados estatísticos (porcentagem de mulheres e homens brancos e negros que conseguem sucesso no sistema educacional e no mercado de trabalho), para causar reflexões sobre o espaço que o negro ocupa na sociedade, relacionando com experiências dos familiares negros de sua família, pois é uma mulher não-negra.

Durante o debate, os educandos não se articulam muito nas discussões. Algumas hipóteses que levantei para esta postura é que a atividade foi feita com a outra turma de jovens e adultos do nível mais avançado. A forma de apresentação em slides e mais formalmente, o conteúdo com o uso de dados estatísticos (resultados das pesquisas), que informam o quão desigual a população negra está em nosso país, talvez também tenham contribuído para que estivessem mais retraídos. Alguns educandos, da outra turma, conseguem dialogar mais com a convidada. Percebo que estão “na defensiva”, pois expõem que pessoas próximas a eles, negras e populares, conseguiram chegar no ensino superior e obter ascensão social. Djamila Ribeiro (2017) salienta que

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir estas questões, mas falarão de lugares distintos. (2017, p. 88)

O lugar de fala da pesquisadora, que fazia afirmações sobre os sujeitos negros, maioria nas turmas, provocou certos desconfortos, pois os educandos sentiram a necessidade de ser alguém negro propondo este debate. Com isto, sentir-se-iam representados, através da fala e da história de vida, de ascensão e teriam como concretas as possibilidades de conquistas da população negra.

Durante as reflexões que estavam acontecendo, realizei algumas intervenções para que os alunos reflitam sobre o espaço da EJA na instituição,

sobre a importância dos mesmos estarem inseridos neste debate institucional. Levei para o diálogo o quanto precisávamos de professores negros, diretores negros e que nossa luta de resistência era diária e necessária. No final, a convidada oferece a todos o seu livro. Um dos alunos da outra turma, adquire a obra. Aproveitou o momento para sugerir para V., que convidasse uma pessoa negra para realizar estas discussões, juntamente com ela.

Na volta para a sala de aula, início as intervenções questionando o que cada um achou da aula que tiveram. As opiniões foram unânimes: todos legitimaram a sugestão do colega, da necessidade de uma pessoa negra ocupar este espaço de fala sobre os sujeitos negros, juntamente com a V. Levantaram a importância de uma pessoa não-negra combater as desigualdades raciais e o racismo, promovendo um *blog* em que apenas mulheres negras podem publicar. Entretanto, reafirmaram a necessidade de garantir este lugar de fala. Um dos educandos, afirmou que o convidado africano representava sua condição de homem negro e, posso compreender que ratificou o fato de que os novos saberes que estavam se constituindo se tornaram mais concretos.

4.2 Vídeo – A Solidão da Mulher Negra

Esta atividade foi realizada por meio de um vídeo feito e divulgado pela *Youtuber* Ana Paula Xongani e foi amplamente acessado. O vídeo trata de um relato da autora e reflexões sobre o racismo sofrido diariamente pelas mulheres negras. No material, a autora do vídeo compartilha uma cena que filmou, de sua filha sendo excluída por crianças não-negras, no *playground* que fica dentro do condomínio onde reside. Após, faz uma reflexão sobre as suas experiências de infância, que são próximas as de sua filha. Realiza uma reflexão a respeito da empatia e do racismo estrutural. Conclui o vídeo falando que tem pressa por mudança.

Antes de iniciar a apresentação do vídeo citado, realizei uma conversa em conjunto com as demais educadoras presentes, buscando brevemente situar sobre a importância de assistirmos ao vídeo. Retomo algumas questões

já estudadas em aula como: casos de racismo, que foram relacionados com a vivência das mulheres negras no passado em navios negreiros e a situação presente em nossa sociedade brasileira atual; o destaque à luta pela própria existência, demonstrando diferenças entre o cotidiano das mulheres não-negras, dentre outros temas trabalhados.

Após a conversa, coloco o vídeo. Percebo o desconforto que ele proporcionou, porém, todos os educandos permaneceram na sala. Ao terminar, inicio as intervenções perguntando quais eram suas impressões. Registrei este momento em meu diário de classe, conforme destaque abaixo:

J. fala sobre impunidade, que não existe justiça para estas ações e escorre lágrimas em seu rosto. A Professora [...] [da turma] relata sobre algumas experiências sobre ser mulher hoje na sociedade. O monitor P. comenta sobre sermos o exemplo para as crianças e os filhos e que precisamos mudar estas situações. M. fala que a tocou muito, pois ela também é mãe e sabe da dor de Ana Paula, comenta sobre suas experiências de preconceito e dificuldades com seus filhos. Falo sobre Ana Paula e sobre este espaço de ser negro de classe média alta relacionando com as vivências da periferia. Professora C., comenta que tem filhas negras e as dificuldades na escola privada e representatividade zero de professores e colegas negros. C., fala que gostou bastante e que ela exigiu um direito dela e da sua filha. (REFLEXÃO, n° 12, p. 03)

O debate sobre o relato de Ana Paula, gerou diversas opiniões sobre a realidade da mulher negra no nosso país, como ela é vista em entrevistas de emprego, como as mulheres não-negras se relacionam com as mulheres negras, as dificuldades diárias, que iniciam desde muito cedo, para conseguirem melhores condições de viver em nossa sociedade. Todos os sujeitos presentes no momento do vídeo, se emocionaram pela concretude da realidade exposta nas imagens. Pela potencialidade das discussões e da mensagem que a autora realizou, uma das Professoras presentes, sugeriu que construíssemos um vídeo de resposta para Ana Paula Xongani. No mesmo momento, retomei a importância de estarmos estudando no nosso projeto sobre a EREER (Educação das relações étnico-raciais), voltada à modalidade EJA, além do compromisso social que temos que assumir, como docentes e discentes, para combater o racismo. Aceito o desafio de montar o vídeo com os

educandos, obtendo a ajuda da Professora titular e dos bolsistas, em solidariedade à Ana Paula Xongani.

Na semana seguinte, iniciamos a construção dos roteiros para gravarmos o nosso vídeo, respeitando as individualidades de cada educando. Todos se sentiram bem falando, lendo ou com placas, para transmitir uma mensagem de empatia e de incentivo à luta de Ana Paula. Dois alunos decidem fazer placas com mensagens. A educanda prefere falar através da câmera. Durante toda a semana, de forma individual, cada aluno construiu suas mensagens. Quem escolheu fazer as placas, usou o computador para digitar e imprimir. A estudante que iria falar, montou um cartaz com imagens e palavras-chave.



Figura 1 - Gravação do vídeo com placas (ACERVO PESSOAL)



Figura 2 - Gravação do vídeo com fala e cartaz (ACERVO PESSOAL)

As mensagens de solidariedade para Ana Paula Xongani, tiveram como conteúdo o que cada educando sentiu ao ver o vídeo, acrescido do que dialogamos nos debates e reflexões a respeito dos obstáculos diários que as mulheres negras enfrentam desde o período colonial. Esta atividade fez emergir que os educandos se integraram no combate contra o racismo, reafirmando o desejo de mudanças rápidas e concretas, para reparação dos direitos negados.

O movimento de mulheres negras problematiza as transformações na condição das mulheres ao longo da história. Entretanto, ser mulher negra em uma sociedade machista e racista aprofunda as desigualdades. Este processo histórico, se reflete no hoje, nas condições de vida destas mulheres que, desde a escravidão, ainda ocupam o espaço de servir aos não-negros, as piores condições de emprego, moradia e acesso à escola. O recorte de gênero, dentro do movimento negro e feminista é uma discussão recente e ganha força com muita reivindicação das mulheres pretas. Elas assumem espaços de lutas em entidades, OnGs, partidos políticos, dentro das secretarias de Estado, com o intuito de denunciar o racismo e reivindicar melhores condições de vida (GOMES e MUNANGA, 2006).

Esta atividade mobilizou a turma para a construção de uma ação transformadora, reforçando o papel da educação antirracista na EJA. Educandos que, no início do projeto não conseguiam utilizar a palavra *negro* e *preto*, conseguem entender o significado e o que elas traduzem, na prática. Creio que a proposição de uma “resposta” para Ana Paula Xongani acarretou diversos sentimentos como solidariedade, respeito, empatia e motivação para seguir dialogando sobre o tema.

4.3 Conhecendo o Príncipe Custódio

Esta atividade foi construída com o objetivo de apresentar a passagem do Príncipe Custódio no Rio Grande do Sul, sua influência entre os políticos da

época, sua representatividade na religião de matriz africana e o assentamento do *Bará* que ocorreu no Mercado Público de Porto Alegre¹.

Iniciei com a estratégia de um vídeo, que está disponível no *YouTube*. Antes de começarmos a assistir, houve uma conversa a respeito da importância do momento de aprendizado sobre a cultura negra, que é pouco discutida nas escolas. Fomentamos um debate, sobre a relevância de valorizar a história de lutas e conquistas da população negra.

Isabel Aparecida dos Santos considera que

É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos. É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos. (2001, p. 107)

Isso inclui que a história do branco europeu não seja abordada como verdade absoluta nos currículos escolares, realizando aulas que explorem outras culturas. Neste ponto, surge a perspectiva intercultural. A cultura “oficial”, precisa ser repensada, principalmente na modalidade EJA, em que a cultura popular é ainda mais evidente e rica em possibilidades. Abordar uma personalidade negra como o Príncipe Custódio é, sim, tratar de uma parte da história do Rio Grande do Sul e das religiões de matriz africana, tão marginalizada e perseguida em um estado que, paradoxalmente, tem muitos terreiros.

Todos os educandos prestaram muita atenção no vídeo. Após assisti-lo, retomamos as reflexões anteriores, agregando os novos saberes. Um dos educandos questionou o porquê de as escolas não ensinarem sobre as personalidades negras e sobre a história do povo negro. Muito mais que respostas, busquei promover momentos de reflexão sobre as histórias que estão nos livros didáticos, nos quais apenas o branco e colonizador é protagonista das conquistas e da construção da sociedade.

¹ <http://caminhosdareligiao.blogspot.com/2013/12/um-principe-negro-morou-em-porto-alegre.html>

No dia anterior organizei um material sobre o Príncipe Custódio, relacionando aos 130 anos da abolição da escravatura no Brasil, também abordando a condição da população negra naquele momento da história. Permitindo também responder às questões do dia anterior, após o vídeo, sugiro a construção de um texto coletivo para sistematizar todos os aprendizados, relacionando com as principais atividades trabalhadas ao longo semestre. Fiquei como escriba, organizando no quadro as informações que os educandos foram construindo.

Saberes Negros

Aprender a cultura negra é importante pois, não tínhamos estes saberes. Agora nos sentimos mais fortes, sabemos debater e entendemos nossa história. Através dos vídeos assistimos o sofrimento de uma mãe negra, nos sensibilizamos e enviamos solidariedade, força e temos pressa por mudanças. Que tenhamos mais negras e negros nas mídias, nos escritórios e assumindo cargos “importantes”. Queremos que nossa história apareça para além da escravidão, para nossos netos não passem pelas mesmas dores. Estamos fortes para combater a desigualdade racial “o racismo”.

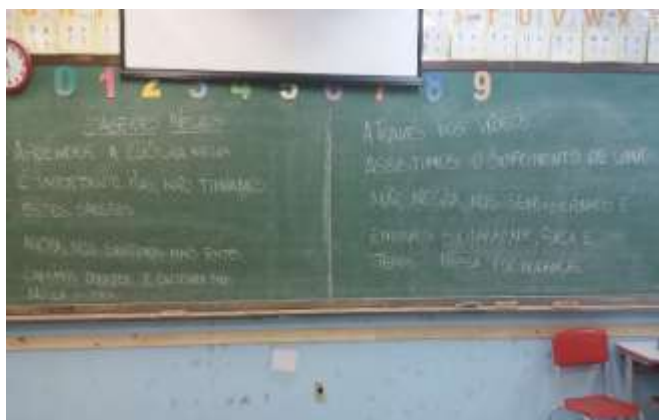


Figura 3 - Texto coletivo (ACERVO PESSOAL)

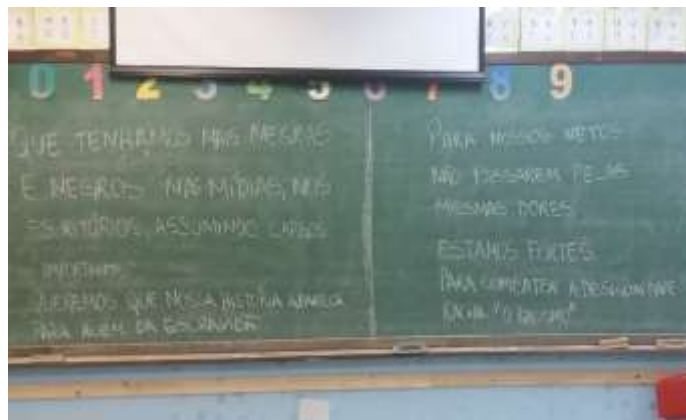


Figura 4 - Texto coletivo (ACERVO PESSOAL)

Os educandos realizaram esta escrita coletiva, que demonstrou os avanços que ocorreram durante a realização das atividades. Foram proporcionados debates, reflexões, levantamento de hipóteses, curiosidades, para a aquisição de novos saberes e para o conhecimento da Lei nº 10.639/2003. Consideramos que estas atividades fortaleceram os estudantes para o enfrentamento diário, enquanto negros e de pertencentes aos grupos

populares. No final deste texto, um dos educandos mencionou, que antes não sabia falar sobre este assunto, quando alguém, em um encontro de amigos, por exemplo, realizava uma piada racista ou diminuía alguém por ser negro. Entretanto, agora, conseguia falar sobre sua negritude. Estas são posturas que foram sendo construídas com muito trabalho, preparação de aulas, intervenções planejadas e com postura antirracista.

4.4 Bonecas Abayomis – Memórias

Está última atividade que trago para a análise, foi desenvolvida com o objetivo de apresentar a história das bonecas Abayomis e sua importância para a cultura africana e afro-brasileira, relacionando-as com as memórias dos sujeitos que realizavam a oficina. Busquei, através da confecção, relatar um pouco do cenário vivido pelas mães e filhos nos navios negreiros, sendo esta uma das maneiras de resistir em meio à violência sofrida pelos colonizadores.



Figura 5 - Bonecas Abayomi (ACERVO PESSOAL)

Ao iniciarmos com a oficina, logo os alunos escolhem os tecidos e já se articulavam para construírem suas bonecas, sem mesmo as docentes explicarem como elas eram realizadas pelas mães no navio negreiro e sua origem. Esta postura já indicava o quanto esta atividade seria potente e mobilizaria os educandos, posso supor que o fato de serem bonecas negras tenha chamado a atenção.

Em momentos posteriores, foi realizada a leitura sobre a história de resistência das famílias nos navios negreiros, que fabricavam as bonecas, para a infância ser um pouco menos dura. Os educandos construíam suas bonecas e as relacionaram com suas próprias infâncias e suas memórias, dialogando com a precariedade que os mesmos viviam e sobre a violência do empobrecimento. Lembraram e relacionaram com a necessidade de se aventurar nos brinquedos construídos com o pouco que se tinham, infâncias que eram de trabalho doméstico e do cuidado com os irmãos.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva considera que

Se a história ensinada na escola souber contemplar, também, a vida vivida no dia-a-dia, pelos grupos menosprezados pela sociedade, então, estaremos ensinando-aprendendo a história brasileira integralmente realizada. A valorização da história dos grupos populares, registrando o que em suas memórias está guardado de suas experiências, é tarefa que pode ser realizada por professores e alunos, a partir da comunidade em que a escola está inserida. (2003, p. 29)

Trata-se de estudarmos estas histórias, que são vividas pelos homens e mulheres negros e negras brasileiros, que aprendem, desde muito cedo, a sobreviver em meio a violência urbana, com a precariedade dos bairros da periferia, nas filas dos hospitais e na falta de políticas para permanência nas escolas. Estas memórias refletem a luta diária e nos apontam que estas vivências são vinculadas às da população africana que foi escravizada.

É papel da escola propiciar este espaço de reconhecimento histórico sobre a ancestralidade negra, buscando relacionar com as realidades atuais, ao encontro de reflexões que fomentem as memórias, trajetórias de luta e persistência.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de realizar uma análise sobre quatro atividades realizadas durante o estágio obrigatório curricular do curso de Pedagogia, na modalidade de jovens e adultos, com a temática central das relações raciais e da valorização da história e da cultura afro-brasileira. A escrita que realizei, neste trabalho de conclusão, teve como foco a educação antirracista, por entender que era a maior das demandas que a turma, em específico, apresentava. Discuti os efeitos que estas atividades proporcionaram para os sujeitos envolvidos, no compromisso assumido com a efetivação da Lei nº 10.639/2003.

As ideias que circularam entre os educandos e que me propus a analisar passam pelo reconhecimento da sua identidade negra. Busquei a construção de novos saberes, que proporcionassem um olhar mais crítico sobre a necessidade de se afirmarem enquanto negros em nossa sociedade que ainda é racista, salientando os efeitos nocivos destas práticas para o exercício da cidadania. Dialogamos sobre as histórias de lutas, conquistas e de resistências da população negra, incluindo a trajetória de lutas pelo direito a educação. Neste ponto, considerei a necessidade de, em sala de aula, realizar práticas que contribuíssem para uma EJA mais humana, que dialogasse com as trajetórias dos educandos, valorizasse a cultura popular e deslegitimasse a meritocracia.

Propus-me a dialogar sobre os sujeitos que ocupam este espaço, da educação de jovens e adultos, educandos que, em sua grande maioria, são negros e de classe popular. Almejei potencializar a responsabilidade das instituições com um trabalho que propiciasse uma educação antirracista e que os educadores e gestores também se comprometessem em assumir esta posição política para o combate ao racismo, que está estruturado nas escolas. Os reflexos da discriminação e do preconceito, puderam ser percebidos nas

falas dos alunos, como demonstra o título deste trabalho de conclusão de curso.

As escolas, portanto, precisam romper com a prática de desenvolver trabalhos e projetos, apenas na semana da consciência negra ou realizar apenas um mês atividades relacionadas à temática negra. Considero necessário que não sejam omissas quanto ao debate sobre as questões raciais, as colocando em um campo amplo de diversidades, muito abrangente diante das temáticas que o envolvem (gênero, LGBTfobia, Bullying). Salientamos que todos estes temas são relevantes. Entretanto, a questão de raça, em contextos em que há majoritariamente alunos negros, é ainda mais complexa e necessita de mais atenção e urgência.

Concluimos que a Lei nº 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do ensino de História e cultura Afro-brasileira precisa ser efetivada durante todo o ano letivo nas escolas. Não apenas para incluir os alunos negros nas discussões, mas também para os educandos não-negros assumirem uma nova consciência e postura, perante as relações. A cultura africana e Afro-Brasileira é rica em conteúdos que envolvem todas as áreas do conhecimento. As instituições não podem mais ignorar a presença negra na construção da humanidade.

A construção das atividades foi realizada de forma crítica, para que os avanços das aprendizagens fossem mais significativos, respeitando as trajetórias de cada aluno. Na primeira atividade descrita, com os convidados, pudemos notar que o diálogo com uma pessoa que é africana e que conseguiu, com muita luta, uma formação acadêmica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi de grande importância para os educandos se espelharem. Além disso, podemos destacar a diversidade de aprendizagens que ocorreram no momento da roda de debate, relativas às histórias que aconteceram no seu país de origem e aqui no estado do Rio Grande do Sul. Também foi destacada a superação do racismo diário. Os educandos, depois da atividade, concluíram o quanto o convidado os representou, por ser negro e estar lutando por um espaço. Relacionaram as suas histórias com as trajetórias de vida de cada um.

A convidada V., em nossa conversa sobre mulheres negras e população negra, destacou dados estatísticos, o que nos proporcionou muitos aprendizados. Causou reflexões sobre a instituição, sobre o ato de resistência que é estar na escola, sobre a importância de estar ocupando este espaço. Provocou um repensar de nossas práticas cotidianas e ratificou o quanto é fundamental que pessoas não-negras, também estudem e valorizem a cultura negra. Ocorreram alguns desdobramentos em relação ao lugar de fala, porém, acredito que este movimento foi de extrema importância, pois os alunos conseguiram, de modo independente, identificar esta problemática. Isso nos transmite o quanto houve avanços no decorrer do semestre.

Na segunda atividade analisada neste trabalho de pesquisa, que trata do vídeo de Ana Paula Xongani – A solidão da mulher negra, foi transformador assisti-lo e realizar o vídeo em respostas para a autora. Envolveu um trabalho mais sensível, que iniciou com uma conversa a respeito do racismo estrutural, demonstrando a necessidade de assistirmos, refletirmos e debatermos sobre estes temas. No final do vídeo, as impressões e a escrita rápida sobre o que cada um sentiu, foi essencial para a construção do roteiro para o vídeo de resposta. Deixou evidente os deslocamentos de cada educando e suas ideias. A Professora de cultura digital, teve a sensibilidade de pensar uma ação transformadora, para que aquele momento tão rico, não terminasse apenas em uma escrita. Com o vídeo de resposta, pudemos divulgar, além de uma resposta para Xongani, que a escola tem papel fundamental para o fim do racismo, pois quanto mais estudamos sobre as questões raciais, mais nos libertamos destas amarras do preconceito e avançamos enquanto seres humanos. Realizar a construção dos roteiros com cada estudante, montar suas placas, organizar as falas para o vídeo e os cartazes, de modo autônomo, foi uma experiência potente para todos os sujeitos envolvidos. Mostrou-nos o quanto eles queriam realizar o vídeo para Ana Paula e divulgar seus aprendizados.

Na penúltima atividade descrita: *conhecendo o Príncipe Custódio*, entramos no campo da história, que boa parte dos sujeitos envolvidos na prática de estágio (professora titular, outros professores da escola, estagiária, monitores e educandos) não tiveram a oportunidade de conhecer na sua

trajetória escolar. Esta discussão se estendeu para um questionamento, feito por um dos educandos: *por que as escolas não nos ensinam estas histórias?* Muito mais que respostas, a atividade provocou questionamentos. Realizando conexões com suas próprias realidades, enquanto moradores de bairros populares e negros, a construção do texto coletivo reuniu os novas aprendizagens e afirmou a importância da realização deste trabalho para a formação humana dos educandos.

A quinta atividade, com a história e confecções das bonecas abayomis, tratando a memória e história oral, foi potente para articular e dialogar sobre as diferentes maneiras de resistir à opressão, a posição da mulher negra ao longo da história e a relação com as diferentes infâncias. Um trabalho que despertou o interesse dos educandos em pronunciar os seus relatos de infância, provocando reflexões.

A partir deste trabalho de conclusão, pude realizar um estudo mais aprofundado sobre a prática pedagógica, sobre a necessidade de buscarmos referenciais teóricos que qualifiquem os planejamentos, para um caminho mais assertivo no decorrer das propostas sobre as questões raciais. Questões que precisam estar presentes como conteúdo escolar, pois elas estão presentes em sala de aula, na pele de cada educando, em suas histórias de vida, na sua formação cidadã.

As aprendizagens que ocorreram durante o estágio curricular obrigatório e no trabalho de conclusão de curso, demonstram que precisamos nos apropriar desta temática, participar da formação continuada, dos movimentos sociais e refletirmos sobre estas realidades, para que possamos avançar em busca de uma sociedade mais igualitária, combatendo as formas de opressão.

Precisamos, promover ações mais profundas que tenham potencialidades pedagógicas. Creio que este trabalho detalha um pouco da promoção de práticas que são possíveis e urgentes. Enquanto mulher, negra, periférica e mãe, me transbordou de significados a realização das práticas e da escrita da pesquisa. Muito mais que um desafio, foi a quebra de um racismo velado que, em muitos momentos da nossa vida, é imposto. Neste ponto, superamos a dúvida quanto à nossa capacidade de avançar no mundo

acadêmico, de ocupar um espaço de poder e de elaboração teórico-metodológica.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

ARROYO, Miguel G. **PASSAGEIROS DA NOITE DO TRABALHO PARA A EJA – Itinerários pelo direito a uma vida justa**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2017.

BRASIL. Lei 10. 639/2003. **Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 de out. de 2016.

DUPRET, Leila (Org.). **Transdisciplinaridade e Afrobrasilidades**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.

_____. Educação de Jovens e Adultos e Questão Racial: algumas reflexões iniciais. In: SOARES, L; GIOVANETTI M. A.; GOMES, N. (Orgs.) **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. P. 87-104.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores /as: Um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**. São Paulo, V. 29, n.1. p. 167-182. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>>

MUNANGA, Kabengele. Gomes, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos. **A resistência negra: das revoltas ao movimento negro contemporâneo**. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação. 2006. 2ª ed. Coleção viver, aprender. P. 83-101.

_____. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. In: André, M., Rosa, D., BEILLEROT, J., SANTOS, L., SOARES, M., MIRANDA, M., LÜDKE, M., LIPOVETSKY, N., LISITA, V. (Orgs.). **A complexa relação entre o professor e a pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 2001. P. 27-54.

PINTO, Beatriz de Moraes. **“ISSO ESTÁ DE BOM TAMANHO PRA COMUNIDADE QUE A GENTE ATENDE” Educação Antirracista na Educação de Jovens e Adultos**. 2015. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PIRES, Rosane de Almeida. Educação de Jovens e Adultos. In: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006. P. 97-117.

QUILOMBO. Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro. **Edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento**; São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2003. 128p.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. Racismo e anti-racismo na educação: Repensando nossa escola. In: CALLEIRO, Eliane (Org.). **A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos**. São Paulo: Selo Negro, 2001. P. 97-114.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Africanidades brasileiras: Esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos**. REVISTA DO PROFESSOR, Porto Alegre, Ano 19, Número 73: 26-30, jan./mar. 2003.